



**ATA DA TRINCENTESIMA OCTAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO  
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e quinze realizou-se a tricentésima octogésima terceira reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Centro Administrativo da Bahia, a partir das nove horas e trinta minutos. O secretário e presidente Eugênio Spengler representando a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA deu as boas-vindas, saudou a pessoa da Dra. Cristina Seixas, coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual e agradeceu a presença de todos. Estiverem presentes a Sra. Márcia Cristina Telles diretora do Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos – INEMA, a Sra. Mariana Mascarenhas – representante da SEMA, além dos Senhores conselheiros e conselheiras: Regina Maria Meirelles – SEINFRA, Beatriz da Cruz Pitta – SDE, Livia Oliveira de Carvalho – SEPLAN, Sergio Tomich – SEDUR, Célio Costa Pinto e Célia Cavalcanti – MMA/IBAMA, Claudio Antonio Carilo de Magalhães – COPIBA, Luis Fernando Galvão – SINDBRITA, Aurinézio Calheira – COFIC, Sergio Almeida Bastos – SINPEQ, Mariana Lisboa – SINDPACEL, José Roberto Celestino – SINAENCO, Agnaldo Monteiro – FEBASE, Paulo Fernando Studart – SINCOFARBA, Arnor de Oliveira Junior – ABES, Sergio Thadeu Dias – ABAV-BA, Melquiades Oliveira – CEPEDES, Luiz Vitor Marsala – IDEIA, Renato Pêgas Cunha – GAMBÁ, Daniel Barreto – GERMEN, Lucidalva Rodrigues – PRISMA, Osvaldina Rocha dos Santos – ASSOCIAÇÃO FLORA BRASIL, Leila Márcia Oliveira – SINDICATO RURAL DE CAMACAN, Gilberto Lyrio Neto – SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE COARACI, Alessandra Terezinha Cotrim – AIBA, Wilson Andrade – ABAF, Evilásio da Silva Fraga – SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE IBICOARA, João Lopes Araújo – ASSOCAFÉ, Valdir Alves de Assis, Rogério Dantas dos Santos e Claudionor Nonato de Santana – CTB-BA e Pedro Teixeira Diamantino - UEFS e demais convidados. O Sr. Eugênio Spengler citou os itens da pauta: 1) apreciação da ata da reunião anterior; 2) apresentação do Programa do Módulo de Avaliação Preliminar (MAP); 3) escolha de representantes do CEPRAM para substituir vagas do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FERFA); 4) análise dos processos recursais; 5) O que ocorrer: indicação de um membro da sociedade civil para compor o grupo de trabalho responsável pela renovação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA-BA); presença do técnico Ailton dos Santos Junior representante do INEMA para falar sobre a contaminação de chumbo nos municípios de Santo Amaro e Boquira e situação da mina de urânio no município de Caetité e informações sobre procedimentos sobre o





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

40 cadastro de mineração. Em seguida o presidente colocou a ata da 382ª reunião  
41 ordinária realizada em 25 de maio de 2015, para apreciação, não houve  
42 nenhuma manifestação contrária, foi aprovada por unanimidade. Convidou o  
43 professor Luiz Ferraro superintendente de Pesquisas para apresentar o  
44 programa do WEB SIG GEOBAHIA – MAP. O Sr. Luiz Marsala pediu para fazer  
45 a leitura de uma “CARTA ABERTA À SOCIEDADE” enviada pelo corpo técnico  
46 do INEMA a qual será anexada a esta ata. Após a leitura, o presidente do  
47 Conselho contestou com relação à maioria das informações contidas na Carta  
48 por ser improcedentes; informou que, estava em debate no Estado da Bahia a  
49 revisão sobre direitos a insalubridade por indicativo do Tribunal de Contas do  
50 Estado (TCE), considerando que muitos servidores recebem insalubridade sem  
51 se enquadrarem na norma estabelecida pela SAEB e perderão esse direito,  
52 assim como os técnicos concursados, recentemente, não perceberão porque  
53 não cabe; isso está sendo revisto também na área da saúde; registrou ter sido  
54 o único secretário que foi a Assembléia Pública Geral de Servidores no Estado  
55 da Bahia a convite das Associações; falou sobre alguns pontos importantes, a  
56 exemplo de gestão de águas– elaboração do Plano de Gerenciamentos de  
57 Bacias Hidrográficas há muitos anos, desde a criação do Sistema Nacional  
58 mesmo com estudo anterior nunca foi atualizado, sendo que os sete Planos de  
59 Bacias foram contratados no período citado na Carta; informou que estava  
60 previsto na contratação dos Planos de Bacias o enquadramento do Balanço  
61 Hídrico, o Cadastro do Usuário, iniciado com os Comitês Recôncavo Norte,  
62 Paraguaçu, Corrente e Grande a discussão do pagamento pela água que deve  
63 ser implantada até o fim do ano ou no primeiro semestre de 2016, então  
64 discordava ao citarem na Carta que houve retrocesso na gestão ambiental;  
65 reconhecia que era insuficiente, gostariam de ter feito mais; convidou-os a um  
66 debate público e comparativo da situação; afirmou que, pessoalmente, tem ido  
67 aos Comitês para fazer o debate sobre o processo de cobrança e gestão de  
68 recursos hídricos; afirmou que essa manifestação tratava-se de um grupo de  
69 servidores, considerado importante, mas não é a maioria; com relação ao  
70 sistema de licenciamento ambiental desafia se falta qualidade a análise do  
71 licenciamento ambiental, quanto ao questionamento relacionado ao não  
72 licenciamento de plantio, até 2005, a responsabilidade era do órgão Federal a  
73 questão Florestal, o IBAMA nunca licenciou Plantio; perguntou onde estava no  
74 anexo da Lei nº 6.938, alterada em 2004, pelo Congresso Nacional que diz que  
75 plantio precisa de licenciamento ambiental, a única atividade daquele anexo  
76 considerada potencialmente poluidora é silvicultura, isso era uma questão para  
77 avaliar em cima dos procedimentos mais transparentes, onde qualquer cidadão  
78 tem acesso aos estudos ambientais, evita uma série de problemas, inclusive  
79 éticos. Outro aspecto importante citado, a questão da outorga que está





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

80 fragmentada não é problema, isso por conta do balanço hídrico que nunca foi  
81 feito, agora que está sendo feito dentro dos planos de bacias para saber  
82 quanto de água tem disponível para uso econômico e discutindo com os  
83 Comitês que a estratificação por segmento de acordo com a demanda presente  
84 e futura, das faixas e regiões hidrográficas, outorga não é análise de  
85 licenciamento; disse que considerava importante o manifesto e que nunca  
86 negou agenda; ressaltou que o grupo que manifesta essa demanda envolve  
87 representantes da SERIN, SAEB, SEMA e INEMA e dispõe de uma pauta de  
88 discussão, apesar do Governador não ter autorizado mesa de negociação em  
89 relação a planos e cargos, foi estabelecido um grupo de trabalho para antecipar  
90 a discussão referente à carreira, assim que o Governador abrir apresentará  
91 uma proposta avançada para propor Leis ou medidas que serão adotadas;  
92 deixou claro que existem diretrizes e normas do Governo que deve ser  
93 cumprida; afirmou que um dos maiores problema e descontentamento é o  
94 ponto eletrônico, o controle de frequência, considerando que tem servidor que  
95 fica um mês ausente das atividades, a exemplo de outros lugares onde o  
96 Governo implantou o ponto eletrônico. Continuou admitindo que, reconhece  
97 que há problemas na gestão, mas garante, por exemplo, que antes não se  
98 cobrava compensação ambiental, hoje, tem em torno de 24 milhões cobrados;  
99 não se definia um plano de investimento, hoje, está sendo definido; está se  
100 definindo a gestão em parceria com organização da sociedade através Editais  
101 Público, inclusive com o Conduru; foram aprovados por este Colegiado, Planos  
102 de Manejo e outras séries de ações em andamento; com relação a questão de  
103 fusão de dois órgãos, também questionada, é opção administrativa de  
104 Governo; com relação aos FERFA e FERHBA, antes da criação da SEMA  
105 quem geria era o "CRA" hoje INEMA, não fazia sentido, considerando que são  
106 políticas estruturantes que perpassam os papéis do INEMA e nada tem a ver  
107 com recursos específico do órgão; disse que a CTGA nunca deixou de cumprir  
108 o seu papel; o planejamento e monitoramento das atividades é uma função da  
109 SEMA – por sua vez, o INEMA participa da elaboração do planejamento e  
110 monitoramento e executa; salientou que o INEMA é um órgão de Governo, não  
111 é independente; por fim solicitou uma cópia do manifesto e informou que na  
112 próxima reunião do CEPRAM apresentará um relatório detalhado das ações  
113 realizadas pelo sistema para cada item levantado. O conselheiro Renato Cunha  
114 colocou que era preciso discutir no Conselho uma série de questões apontadas  
115 na "Carta Aberta" se referindo à gestão ambiental; sugeriu fazer uma agenda  
116 concreta de trabalho para discutir essa política ambiental do Estado. O  
117 presidente disse que uma das pautas é o MAP, e como prioridade a agenda de  
118 recursos hídricos e Comitês de Bacias. A Sra. Márcia Cristina Telles registrou  
119 que os servidores sempre são recebidos por sua diretoria, falou que recebeu





um documento originado da ASCRA com 10 pontos elencados que se referiam especificamente à estruturação de carreira, insalubridade e a suspensão da Portaria que instituiu o ponto eletrônico; esclareceu que são determinações de governo, será repassado ao secretário do Meio Ambiente que, por sua vez, repassará a Secretaria da Administração para que o Governo tome uma decisão. O Sr. Luiz Ferraro retomou a apresentação do MAP; colocou como se deu o processo de construção do MAP, em seguida fez demonstração da ferramenta online para mostrar como se dará o seu uso, ainda não disponível ao público devido à falta de equipamento com capacidade para processar; informou que a previsão de instalação será entre o mês de agosto a setembro deste ano; destacou que foi criado a partir de uma percepção de conjunto de informações no Estado que não estavam integrados a um processo de decisão. Destacou que o contexto institucional de construção do MAP não foi somente SEMA e INEMA e sim um Acordo de Cooperação com várias instituições, tendo o Ministério Público bastante presente, com condições de não utilizar nenhum recurso público para desenvolver essa ferramenta. Afirmou que o Setor Eólico sente necessidade de poder se orientar mais nas alternativas locais e de se antecipar na escolha de áreas de investimentos, queria uma integração e resolveram investir. Foram 130 pessoas envolvidas nesse processo: organizações, entes públicos e empresas contratadas; disse que um dos objetivos é o apoio ao GEOBAHIA; esclareceu que o MAP não cria restrições e sim registra informações previstas na Lei, não substitui o licenciamento, ou seja, não concede a licença, é uma ferramenta de apoio a decisão; ressaltou que no MAP 2 vai tratar de várias categorias: agricultura, silvicultura, pecuária, setor de transporte, energia solar, barramento; mostrou um pouco da metodologia; as etapas de avaliação de impactos de acordo com a tipologia, os mapas síntese - os módulos estão concluídos e a parte de documentação em texto consta todo relato do processo para que todos entendam. Falou como se deu a avaliação de impactos feita através da Universidade de São Paulo (USP). A produção de banco de dados foi um trabalho bastante cooperativo, feita permuta de dados espaciais, além de dados existentes na SEMA e INEMA vários órgãos se mobilizaram para oferecer dados chegando a 171 novos planos de informações; prevê que o acesso a ferramenta seja colocado no fluxo do SEIA como Consulta ao MAP – explicou o passo a passo fazendo a leitura do conteúdo e como utilizá-lo. Por fim o Sr. Luiz Ferraro destacou o apoio do Ministério Público, da equipe técnica, da USP e a empresa de Canadá com grande contribuição, a Conservação Internacional teve uma liderança muito importante não só como coordenador executivo. A Sra. Cristina Seixas salientou que o Termo de Cooperação Técnica norteia um instrumento para dar indicações, garantindo as fontes que vão orientar as informações que serão





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

160 usadas. O presidente comentou que os dados têm que ser atualizados no  
161 sistema, permanentemente, também será preciso contratar estudos para  
162 melhorar o dado de informação, considerando que as disponíveis, hoje, não é o  
163 suficiente; afirmou que será necessário estabelecer normas e procedimentos  
164 de padrões de qualidade em relação à água, ar, solo e biodiversidade, isso é  
165 assunto do CEPAM. O conselheiro Claudio Magalhães Carilo fez comentários  
166 quanto às mudanças climáticas e os impactos causados em áreas indígenas.  
167 Renato Cunha perguntou se o mapa dará condições de identificar o uso do solo  
168 em cada município? O conselheiro Luiz Vitor Marsala perguntou como se dará  
169 o gerenciamento da atualização e que tipo de equipamento o usuário terá que  
170 adquirir para poder acessar essa ferramenta. O conselheiro Luis Galvão  
171 perguntou se o elemento pictural também será utilizado como informação  
172 desse sensoriamento remoto. O Sr. Luiz Ferraro passou a responder as  
173 referidas perguntas: com relação a mudanças climáticas foi utilizado o mapa de  
174 vulnerabilidade e acessibilidade de desertificação, considerando dados  
175 espaciais melhor para o Estado e para todas as informações os polígonos e  
176 quilombolas declarados. Respondendo ao conselheiro Renato Cunha – disse  
177 que havia condições de identificar, porém o GEOBAHIA dispõe de um conjunto  
178 bem maior de imagens. A técnica Fabiola representante do INEMA esclareceu  
179 de forma mais técnica os procedimentos utilizados para se chegar as  
180 informações referidas nas perguntas do conselheiro Luis Galvão. Com relação  
181 ao questionamento do conselheiro Luiz Vitor qualquer equipamento padrão no  
182 mercado, hoje, roda o sistema, porque o processamento ocorre no servidor do  
183 INEMA. O conselheiro Luis Galvão falou que entendia que a imagem serve  
184 como base, em relação a isso tudo é muito dinâmico. O conselheiro Sergio  
185 Tomich perguntou se a base de dados do sistema de informes da CONDER  
186 seria interessante para agregar informações ao MAP. O Sr. Luiz Ferraro  
187 respondeu que a CONDER trabalha com áreas urbanas e para esse sistema  
188 buscou registrar os núcleos habitacionais, porém informações de dentro desses  
189 núcleos não existem, será preciso buscar conhecer mais para possível resgate  
190 de informações desse sistema para dentro do MAP. Por fim, a conselheira  
191 Mariana Mascarenhas agradeceu as equipes técnica da SEMA e INEMA que  
192 estarão disponíveis para quaisquer outros esclarecimentos. Passou ao item:  
193 apreciação de processo diligenciado da empresa VERACEL CELULOSE -  
194 diligenciado pelo conselheiro Wilson Andrade na última reunião; auto de  
195 infração de multa no município de Belmonte cujo relator da Câmara Técnica  
196 Daniel Melo Barreto acompanhou a diligência na região do Extremo Sul. O  
197 conselheiro Wilson Andrade registrou que não teve condições de concluir o seu  
198 relato, pediu mais prazo para apresentá-lo na próxima reunião. Nenhuma  
199 manifestação contrária e todos concordaram. O processo com pedido de vistas:





200 1) Química Geral do Nordeste – QGN referente a um Auto de Infração de Multa  
201 no valor de \$ 50 mil reais, teve como relatora da Câmara Técnica Maria de  
202 Lourdes com pedido de vistas pelos conselheiros Aurinézio Calheira e Luis  
203 Galvão, foi retirado de pauta devido ao recebimento de novos documentos para  
204 anexar aos autos, não cabendo a SECEX acatar ou rejeitar qualquer  
205 documentação, o referido processo retornará a Procuradoria Geral do INEMA  
206 para manifestação e posterior retorno a pauta do Conselho. O Processo TOP  
207 ENGENHARIA LTDA referente a um auto de infração de multa no valor de \$ 10  
208 mil reais; relatora da Câmara Técnica Maria de Lourdes com pedido de vistas  
209 pelo conselheiro Luis Galvão. O conselheiro Luis Galvão fez a leitura do  
210 relatório concluindo que diante dos fatos constatados considerava a aplicação  
211 da multa de forma indevida, ou seja, sugeriu a votação pela nulidade da  
212 penalidade; destacou que foram aplicadas três autuações pelo mesmo motivo.  
213 Após apresentação do relatório, a conselheira Mariana Mascarenhas registrou  
214 que o voto da relatora da Câmara Técnica, na época, foi pela manutenção da  
215 penalidade. O Sr. Marcos Machado representante do INEMA esclareceu alguns  
216 fatos entendendo que ocorreram infrações distintas contra o empreendimento.  
217 A conselheira Mariana Mascarenhas comentou que o relator afirmou que o  
218 empreendimento mantinha uma atividade única na época da autuação e  
219 perguntou se isso se confirmava ou se o licenciamento era concedido por  
220 parte. O Sr. Marcos Machado esclareceu que a Legislação entende como  
221 atividades distintas, mas isso não impedia que o empreendedor exercesse as  
222 duas atividades, concomitantemente, e requiera uma licença única, para  
223 exercer tanto o beneficiamento, quanto a exploração de minério, e assim foi  
224 entendido pelo técnico que lavrou o auto. Ao se falar da anulação de um auto,  
225 estaria se levantando a legalidade ou não da aplicação. Em seguida, o  
226 processo foi colocado em votação; foram oito votos favoráveis a nulidade e  
227 doze votos favoráveis pela manutenção da penalidade. Passou aos processos  
228 apreciados na última reunião de Câmara Técnica Recursal: Processo de  
229 HELDER OLIVEIRA – auto de infração de multa no valor de R\$ 5 mil reais, no  
230 município de Teixeira de Freitas pelo não atendimento ao auto de advertência;  
231 o pedido era a anulação do auto de infração de multa; relatora da Câmara  
232 Mariana Vidal – decisão por unanimidade pela manutenção da penalidade.  
233 Nenhuma manifestação contrária. Processo de ERLETE Z. GAMBARINI – auto  
234 de infração de multa no valor de R\$ 3 mil reais, no município de Itabela pelo  
235 descumprimento do auto de infração de advertência; o pedido de anulação do  
236 auto de infração de multa; relatora da Câmara Leila Oliveira – decisão por  
237 unanimidade pela manutenção da penalidade. Nenhuma manifestação  
238 contrária. Processo de GERSON ENTRE RIOS VILAS E RESORT – auto de  
239 infração de multa no valor de R\$ 20 mil reais, no município de Entre Rios pela





## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

240 supressão de vegetação da restinga arbórea arbustiva utilizando fogo atingindo  
241 APP e cursos d'água em Massarandupió e Entre Rios no Litoral Norte; o pedido  
242 de anulação de multa; relator da Câmara Pedro Diamantino – decisão por  
243 unanimidade pela manutenção da penalidade. Nenhuma manifestação  
244 contrária. Processo de ROSINEIDE DOS SANTOS – auto de infração de multa  
245 no valor de \$ 3 mil reais, no município de Feira de Santana por exercer  
246 atividade passível de licença ambiental sem a necessária licença e pelo não  
247 atendimento as determinações do auto de advertência com pedido de anulação  
248 do auto de infração de multa; relator Sergio Bastos – decisão da Câmara pela  
249 manutenção da penalidade. Nenhuma manifestação contrária. Processo de  
250 SAULO PEDROSA DE ALMEIDA – auto de infração de multa no valor de R\$  
251 288 mil e 400 reais, no município de Santa Rita de Cássia pela supressão de  
252 vegetação em uma área de 194 hectares em estágio de regeneração  
253 secundária, sem autorização do órgão competente com pedido de anulação do  
254 auto de infração de multa; relator Pedro Diamantino – a decisão da Câmara por  
255 unanimidade foi pela decisão da penalidade. Nenhuma manifestação contrária.  
256 Processo de GRANITO ZUCC LTDA – auto de infração de multa no valor de \$  
257 10 mil reais, no município de Candido Sales pela degradação ambiental em  
258 atividade de lavra de granito localizada na Fazenda Leopoldina a margens da  
259 BR-116, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, o pedido é a anulação  
260 do auto de infração de multa; relatora Lucidalva Rodrigues – decisão da  
261 Câmara por unanimidade foi pela manutenção da penalidade. Nenhuma  
262 manifestação contrária. Processo de JEFFERSON DE OLIVEIRA RIOS– auto  
263 de infração de advertência no município de Miguel Calmon por suprimir  
264 vegetação nativa com extração de estacas da espécie e vila em quantidade de  
265 mil unidades e uso de fogo sem autorização do órgão competente; o pedido foi  
266 à anulação da advertência; relator Sergio Bastos – a decisão da Câmara por  
267 unanimidade foi pela manutenção da penalidade. Nenhuma manifestação  
268 contrária. Processo de VALENÇA DA BAHIA MARICULTURA S/A – auto de  
269 infração de advertência no município de Salinas das Margaridas pelo  
270 descumprimento de condicionante; o pedido pela anulação da advertência;  
271 relator Daniel Barreto – a decisão da Câmara por unanimidade foi pela  
272 manutenção da penalidade. Nenhuma manifestação contrária. Não havendo  
273 nenhum destaque, a decisão da Câmara Técnica a todos os processos  
274 mencionados foi acatada. Passou ao ponto, o que ocorrer: conselheiro Luiz  
275 Vitor Marsala indicado para acompanhar a Comissão Eleitoral para renovação  
276 das representações da composição da CIEA-BA; conselheiro Sergio Bastos  
277 indicado como suplente do conselheiro João Lopes e o conselheiro Renato  
278 Cunha suplente do conselheiro Claudio Mascarenhas para composição do  
279 Fundo do Meio Ambiente – FERFA. Passou a palavra ao técnico Ailton Junior





280 representante do INEMA para falar sobre a questão da Mineração de Urânio,  
281 municípios de Caetité e Lagoa Real; falou sobre o histórico da Cidade e o  
282 passivo ambiental gerado nas Cidades de Santo Amaro e Boquira e a relação  
283 entre essas cidades; disse que foi feito um levantamento no sistema Cerberus  
284 sobre todas as ações que envolveram o órgão; destacou que a Cidade de  
285 Santo Amaro demandou muito mais pedido de intervenção; registrou que o  
286 órgão de recursos hídricos "INGÁ", em 2010, que era o executor da política de  
287 recursos hídricos, através da coordenação de monitoramento, em função de  
288 uma solicitação do Ministério Público emitiu um documento referente a  
289 presença de metais. A apresentação foi especificamente técnica. O conselheiro  
290 Roberto Celestino fez memória ao assunto; disse que há cinco anos chamou  
291 muito atenção, neste Conselho, quando constou em pauta do CEPRAM um  
292 Processo de uma empresa que pleiteava fazer a retirada de parte do passivo e  
293 determinado beneficiamento no município de Santo Amaro ocorreu uma  
294 demora demasiada para liberação do processo resultando em desistência por  
295 parte da interessada, a empresa responderia por retirar cerca de 80% de  
296 resíduos de chumbo; disse que a discussão avançou de tal forma, que não era  
297 somente a área ambiental, vários outros segmentos, buscando uma solução;  
298 em sua opinião, isso é responsabilidade de todo o grande problema das  
299 escórias de chumbo. O conselheiro Renato Cunha sugeriu convocar as  
300 Secretarias envolvidas para retomar as discussões sobre o assunto em  
301 questão. O conselheiro Sergio Tomich sugeriu uma análise de sedimentos. O  
302 Sr. Ailton Junior esclareceu que a questão das áreas que estão contaminadas  
303 cabe um estudo de avaliação, considerando que o monitoramento sistemático  
304 segue alguns padrões; disse que se têm informações que a Universidade do  
305 Recôncavo desenvolve alguns trabalhos relacionados naquela região, talvez o  
306 INEMA efetivamente, possa fazer um trabalho mais específico. Com relação a  
307 Urânio na região de Caetité trata-se de uma das áreas de elevada  
308 radioatividade do Brasil e a população está exposta a níveis aumentados de  
309 radiação causados pela presença de Urânio, Tório e seus descendentes, e  
310 essa descoberta ocorreu na década de 70; relatou as ações e situações de  
311 controle efetivo realizada na região; destacou recomendação a instalação de  
312 sistema de tratamento simplificado de água, ou seja, uma dessalinização em  
313 caráter de urgência em diferentes localidades; atualmente o INEMA monitora  
314 sistematicamente quatro pontos na região, não faz mais monitoramento de  
315 radioatividade na área. Informou que a empresa INB está licenciando uma nova  
316 jazida situada na área de Caetité e será mineralizada a partir de 2015, com  
317 capacidade de produzir 4.700 toneladas de Urânio durante quatorze anos. O  
318 conselheiro Luis Galvão comentou sobre a tamanha irresponsabilidade do  
319 GREEN PEACE se referiu à omissão de informações, na época; em sua





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

320 opinião, da mesma forma que se pune um causador de dano ambiental deve se  
321 punir quem causa dano social, por isso fazia questão de chamar a atenção e  
322 sugere que no gráfico demonstrado pelo INEMA fosse incluída a mina de  
323 Cachoeira. O conselheiro Luiz Vitor comentou que a contaminação se dá pelo  
324 processo de irradiação, isso incide sobre os seres vivos, essa questão deve ser  
325 aprofundada em discussões neste Colegiado. O conselheiro Renato Cunha fez  
326 uma série observações e afirma que GREEN PEACE fez um trabalho exemplar  
327 para colocar as informações para sociedade pública, considerando que todo  
328 processo nuclear no Brasil é um sistema que não se torna público; afirmou que  
329 deveria ser mais bem investigada, não pela empresa KENEN, deveria ter sido  
330 monitorada de forma independente; disse que para o CEPRAM discutir esse  
331 assunto depende de muito mais aspectos a se relacionar, o INEMA deveria ter  
332 feito esse acompanhamento e quanto a INB pode até vir a fazer, mas as  
333 informações não tornarão públicas. A conselheira Mariana Mascarenhas  
334 registrou que o assunto não se esgotaria nesta reunião e propunha o assunto  
335 retornar para discussões mais detalhadas. O conselheiro Renato Cunha e  
336 Melquiades Oliveira registraram sua indignação com relação aos conselheiros  
337 que se ausentaram da reunião, ou seja, que normalmente, não permanecem  
338 até o final da reunião; informou que o Comitê Estadual da Reserva Biosfera da  
339 Mata Atlântica retomará suas atividades, será realizada uma reunião no  
340 próximo dia 10 de agosto, alguns subcomitês já estão em funcionamento, a  
341 exemplo do Litoral Norte, Recôncavo Norte e Sul faltam algumas indicações  
342 para compor o Comitê; passou informações sobre um projeto do GAMBÁ  
343 realizado em parceria com Universidade Federal do Recôncavo, com um grupo  
344 ambientalista Nascente Galgam do município de Santo Antônio de Jesus com a  
345 realização do II Seminário Regional sobre Experiências e Conservação da  
346 Mata Atlântica no Recôncavo Sul Baiano teve como resultado a construção de  
347 uma Carta com várias reivindicações; registrou outra Carta assinada por todos  
348 os secretários Estadual de Meio ambiente da Mata Atlântica do Brasil com o  
349 tema: "tentando fazer uma nova história de Mata Atlântica..."; disse que a  
350 intenção é cobrar os compromissos assumidos no conteúdo dessa Carta; falou  
351 sobre um documento elaborado pela ADES enviado a Ministra de Meio  
352 Ambiente referente ao desmatamento do Cerrado no Oeste Baiano com cópia  
353 para vários outros órgãos e o Ministério Público; formalizou a entrega desse  
354 documento ao Colegiado. O conselheiro Melquiades Oliveira questionou a falta  
355 de informações de atividades que ocorrem no nível do Estado relacionado ao  
356 meio ambiente em específico as audiências públicas. A conselheira Mariana  
357 Mascarenhas retratou que não há condições de sistematizar todas as  
358 informações que constantemente estão publicadas, divulgadas no site do meio  
359 ambiente através do SEIA, Cérberus. Com relação às audiências públicas a





## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

360 Secex solicitará a CODIS/INEMA para que seja disponibilizado o calendário e  
361 será repassado aos conselheiros; reforçou a questão do quórum que deve ser  
362 mantido até o encerramento da reunião. Sem mais nada a tratar, a reunião foi  
363 encerrada as quatorze horas, e esta ata será assinada por todos os membros  
364 presentes. Salvador, 31 de julho de 2015.

365 **Presidente:** Eugênio Spengler

366 **Membros:**

367 Agnaldo Monteiro – FEBASE

368 Alessandra Terezinha Cotrim – AIBA

369 Arnor de Oliveira Junior – ABES

370 Aurinézio Calheira – COFIC

371 Beatriz da Cruz Pitta – SDE

372 Célia Cavalcanti – MMA/IBAMA

373 Célio Costa Pinto – MMA/IBAMA

374 Claudio Antônio Carilo de Magalhães – COIBA

375 Claudionor Nonato de Santana – CTB-BA

376 Daniel Barreto – GERMEN

377 Evilásio da Silva Fraga – Sind. dos Prod. Rurais de Ibicoara

378 Gilberto Lyrio Neto – Sind. dos Prod. Rurais de Coaraci

379 João Lopes Araújo – ASSOCAFÉ

380 José Roberto Celestino – SINAENCO

381 Leila Márcia Oliveira – Sind. Rural de Camacan

382 Livia Oliveira de Carvalho – SEPLAN

383 Lucidalva Rodrigues – PRISMA

384 Luis Fernando Galvão – SINDBRITA

385 Luiz Vitor Marsala – IDEIA

386 Márcia Cristina Telles - INEMA

387 Mariana Mascarenhas - SEMA

388 Mariana Lisbôa – SINDPACEL

389 Melquiades Oliveira – CEPEDES

390 Osvaldina Rocha dos Santos – Associação Flora Brasil

391 Paulo Fernando Studart – SINCOFARBA

392 Pedro Teixeira Diamantino - UEFS

393 Regina Maria Meirelles – SEINFRA

394 Renato Pêgas Cunha – GAMBÁ

395 Rogério Dantas dos Santos – CTB-BA

396 Sergio Almeida Bastos – SINPEQ

397 Sergio Thadeu Dias – ABAV-BA

398 Sergio Tomich – SEDUR

399 Valdir Alves de Assis – CTB-BA

400 Wilson Andrade – ABAF